

# APRESENTAÇÃO

## REVISTA RURIS

### DOSSIÊ AMAZÔNIA EM PERSPECTIVAS

Esse dossiê nasceu dos esforços combinados de dois grupos de pesquisadores que se dedicaram a discutir a Amazônia contemporânea. O primeiro deles, organizado em torno de um painel durante a Conferência da *Brazilian Studies Association* (BRASA), ocorrida em 2014 em Londres. O outro, organizado por alunos dos diversos programas de Pós-Graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP e intitulado *Fórum Amazônia em Perspectivas*, do qual deriva o nome desse dossiê.

A iniciativa conjunta de produzir um número especial que tratasse dos principais temas e questões da Amazônia contemporânea surgiu de preocupações comuns aos dois grupos. Sobretudo com a expansão da fronteira capitalista e os grandes projetos na Amazônia, a espoliação e expropriação das populações indígenas e tradicionais, os impactos sobre seus modos de vida, e a forma como lidavam com esse contexto em transformação. E ainda, como políticas para conservação dos recursos naturais e valoração da biodiversidade, a mobilidade, e as dinâmicas migratórias da população na e para a região, ocorriam nesse contexto. Nosso intuito ao propor o dossiê era promover o diálogo e o debate sobre esses temas, apontando para a centralidade de certas questões e o potencial que têm para uma agenda de pesquisas na região amazônica.

Essa complexidade de temas que norteiam as pesquisas na Amazônia contemporânea foi por nós sentida já na organização de nossos grupos de diálogo na BRASA e no Fórum. Na Conferência

da BRASA, o painel intitulado "The macro, the micro, and the between: Perspectives of the Brazilian Amazon" começou com uma sessão sobre políticas para a região e os atores que são importantes para a criação e gestão dessas políticas, perpassando a questão da identidade, território e biodiversidade como temas centrais das políticas. A segunda sessão buscou entender o processo de constituição do rural e do urbano (e também de um rururbano) através das dinâmicas do uso e cobertura da terra na região. Por fim, a última sessão focou nos aspectos sociais, ambientais e econômicos dos grandes projetos na atualidade e também sobre as características e reflexos de antigos projetos. Dos trabalhos que fizeram parte desse painel integram esse número os artigos de Carolina Comandulli, e de Flávia Donadelli, João Paulo Cândia Veiga, Rodrigo Brandão, e Scott Martin. O Fórum Amazônia em Perspectivas também procurou dar conta da complexidade da Amazônia. Iniciado em março de 2014, como iniciativa de mestrandos e doutorandos do IFCH, ele funcionou por um ano como espaço de diálogo quinzenal para que alunos apresentassem e debatessem seus textos e suas pesquisas. A cada nova apresentação, temas eram adicionados à reflexão, que terminou por abarcar questões que podiam ser tão diferentes quanto o tema do acesso a conhecimentos tradicionais e das políticas de promoção de polos industriais na Amazônia. Temas como as questões identitárias, as fronteiras étnicas e territoriais, a migração, e a gestão de áreas protegidas para povos indígenas e comunidades tradicionais, também foram recorrentes nas discussões. Dos trabalhos debatidos no Fórum constam como contribuições ao presente dossiê os de Marco Alejandro Tobón Ocampo e Letícia Mamed. Também compõem o dossiê as contribuições dos autores convidados Mauro William Barbosa de Almeida, Marc Brighman, e Antonio Ioris, de reconhecida produção intelectual sobre a Amazônia, além do trabalho invisível dos pareceristas anônimos que muito contribuiu para a melhoria de cada um dos textos que compõem esta publicação.

O ensaio de Mauro Almeida abre o dossiê discutindo os projetos desenvolvimentistas para a Amazônia, que buscam conectar a região através de estradas para a exploração e exportação de seus recursos naturais. O autor nos convida a pensar sobre quais caminhos e escolhas estão em jogo para a Amazônia contemporânea. O trabalho explicita como essas políticas têm efeitos entrópicos sobre a diversidade social e ecológica. Explora como a luta por territórios por parte de povos e comunidades tradicionais se torna uma luta por “reservas de diferença”, pela possibilidade de se manter modos de viver, pensar, se organizar, e produzir, particulares. Nesse caso, a luta pelas territorialidades e contra o avanço desenvolvimentista predatório dos recursos naturais torna-se também um movimento pela diferença, pela existência de distintas ontologias. Nas palavras do autor, “as questões de territorialidade material se imbricam em questões de territorialidade metafísica”, e as lutas por terra na Amazônia tornam-se lutas contra um desenvolvimento que também destrói modos alternativos de pensar.

Na sequência é apresentado o artigo de Carolina Comandulli, que traz um breve relato de como as políticas indigenistas do Estado brasileiro se desenvolveram até a sua convergência com as políticas ambientais, impulsionada por um movimento político global rumo ao "desenvolvimento sustentável". A autora nos introduz à Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI) como um novo paradigma resultante dessa convergência. Nos apresenta também o conceito de Planos de Gestão de Terras Indígenas, peça fundamental de tal política, e como Planos de Gestão foram implementados em diferentes experiências na Amazônia. O texto transparece as dificuldades enfrentadas por agentes do Estado na elaboração e aplicação dessas políticas inovadoras voltadas para povos indígenas, bem como apresenta as iniciativas de alguns povos indígenas que adiantaram-se ao conteúdo de tais políticas e cuja organização serve de modelo de ação para o próprio Estado. Em seu texto,

Comandulli aponta as dificuldades encontradas na adequação das categorias e diretrizes gerais das políticas de Estado aos diversos contextos locais e como isso se reflete no formato, arranjos e conteúdos dos Planos de Gestão citados por ela. Antes de ser um artigo centrado na crítica à Política Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas, o texto traz uma visão particular sobre o assunto, de quem acompanhou, como servidora da FUNAI e antropóloga, ações ainda pouco exploradas na literatura.

Trabalhando a temática da migração, Letícia Mamed nos introduz à Amazônia como porta de entrada de estrangeiros no Brasil. Seu artigo faz um resumo do contexto histórico e social que levou à onda de migração para fora do Haiti a partir de 2010, em especial para o Brasil. A autora descreve o trajeto de imigrantes haitianos até o estado do Acre, em uma rota que normalmente inclui passagens por Panamá, Equador e Peru, bem como o contexto vivido por esses imigrantes em sua chegada ao destino. O trabalho explora um leque grande de relações. No nível local, traz o relato das condições nos acampamentos de abrigo a imigrantes e a vivência nem sempre harmoniosa de haitianos com moradores de pequenas cidades do Acre e com outros imigrantes internacionais que entram no Brasil pelas mesmas rotas. No nível nacional, a autora problematiza o papel dessa migração no quadro de relações de trabalhos, com o recrutamento de haitianos e outros imigrantes para indústrias de outras regiões do país, e como o próprio Estado brasileiro tende a equalizar a imagem do migrante à do trabalhador, relacionando o direito de permanência ao exercício do trabalho. Em um nível ainda mais abrangente, o artigo é um convite à reflexão sobre os fluxos de trabalhadores nas periferias do capitalismo e o papel fundamental que os imigrantes têm na manutenção da economia de seus países de origem.

Já Flávia Donadelli, João Paulo Veiga, Rodrigo Brandão e Scott B. Martin discutem a paradoxal relação entre os interesses do setor privado e comunidades locais na Amazônia. Os autores

utilizam a abordagem das ciências políticas vindas das teorias de responsabilidade social para examinarem o caso Alcoa de responsabilidade social empresarial (RSE) na mineração, tendo como base a pesquisa de campo feita em Juriti, no Pará. Providenciando um olhar mais detalhado da efetividade do conselho composto por membros das comunidades de Juriti, do poder público e do setor privado, o Conjus, o artigo mostra, por um lado, como a Alcoa busca reduzir ‘tensões’ sociais na região advindas das práticas de mineração, enquanto, ao mesmo tempo, busca obter uma ‘licença social de operação’. A análise demonstra que, apesar do Conjus servir como uma plataforma para engajamento dos diversos atores envolvidos, o envolvimento ainda é pautado por relações de dependência da Alcoa, sobretudo financeira e organizacional. Resultando, dessa forma, na falta de legitimidade e fortalecimento dos demais membros do conselho. O artigo revela ainda as fricções entre as agendas e interesses dos setores privados e públicos, aqui representados pela Alcoa e a prefeitura, no que tange o papel de atender as necessidades e direitos básicos da população local, sobretudo as comunidades rurais, que permanecem marginalizadas.

Dando destaque a discussão sobre direitos básicos, o artigo de Antonio Ioris traz um balanço crítico sobre políticas de desenvolvimento e seus impactos sobre a geração de pobreza na Amazônia. Baseado em pesquisas realizadas no baixo Tapajós (no Pará, Brasil) e no departamento de Pando (Bolívia), o estudo questiona a ideia de desenvolvimento associada a consumo, e como a aplicação de tais ideias na Amazônia acarretam na erosão de recursos naturais e dos conhecimentos tradicionais. Ao invés de diminuir a pobreza, políticas orientadas por tal noção de desenvolvimento apenas contribuem para seu aumento ao fomentar a concentração de recursos nas mãos de poucos. Assim, o autor defende que a pobreza não é uma condição natural ou prévia ao desenvolvimentismo amazônico, mas “um fenômeno relacional que emerge de uma configuração

particular de atividades produtivas e da alocação autoritária de oportunidades e resultados econômicos”. Do ponto de vista das pessoas pesquisadas, a pobreza está menos associada à vida na floresta do que à vida nas cidades, entendidas na Amazônia como resultantes de processos de urbanização que restringiram oportunidades culturais e espaços de ação política, ao mesmo tempo em que destruíram os ecossistemas que sustentavam os modos de vida anteriores. O autor conclui argumentando que o principal problema do desenvolvimento na Amazônia é tratar de maneira separada os elementos sociais e naturais que compõem o sistema regional.

Continuando a discussão sobre tensões, o texto de Marco Tobón, apresenta como quatro povos indígenas do médio rio Caquetá lidam com a presença das FARC e do exército colombiano em seus territórios. O autor demonstra que, embora os povos Andoke, Muina (Uitoto), Nonuya e Muinane pertençam a três troncos linguísticos diferentes, eles adotam uma postura comum de resistência pacífica ao conflito que afeta suas vidas cotidianas. Tal postura está pautada por um passado partilhado, marcado pelo regime de exploração da seringa e a experiência de violência que o acompanhou, e que levou a uma reinterpretação consciente das relações políticas e da história vivida por esses povos. Nessa reinterpretação, a vida cotidiana passou a ser a forma central de resistência e de possibilidade de transformação da violência. Tobón narra como os indígenas exercem resistências através da desobediência e da afirmação de sua autonomia frente à presença de guerrilheiros e do exército em seus territórios. O texto traz ainda uma análise de como a cultura e a política indígena, tomadas como mutuamente constituídas, criam uma interpretação sobre o contexto nacional da guerra entre guerrilheiros e o Estado, enfatizando a necessidade de diálogos e da busca de palavras de paz. Do ponto de vista dos povos indígenas, a condição de guerra é uma condição humana “quente” e inferior, na qual se manejam palavras amargas, de raiva e de guerra. Ela se opõe às palavras de vida e amável, que eles próprios empregam em sua vida cotidiana.

Finalmente, o texto de Marc Brightman encerra o dossiê fazendo uma discussão importante e atual quanto à ‘comodificação’ da natureza através de programas para governança global de florestas e a incompatibilidade destes com as realidades locais. Tendo como base mais de dez anos de pesquisa de campo com povos indígenas e tribais no interior do Suriname, Brightman explora as ecologias políticas do REDD+ a partir dos impactos na esfera local e sugere que os resultados dessa política diferirão do seu propósito de criação. O autor argumenta que o programa REDD+ é ambíguo, pois foi desenhado como uma solução técnica oferecendo um único modelo para um problema global, mas que enfrenta dificuldades para implementação na esfera local. O artigo discute os desentendimentos entre o processo de ‘readiness’ tanto entre as agências governamentais, organizações não-governamentais e comunidades locais, mas também entre os líderes indígenas e seus povos, incluindo a questão do gênero em tais negociações de interesses e representatividade. Brightman situa a discussão de REDD+ do ponto de vista dos povos indígenas e tribais no Suriname, sobretudo os Trios, concentrando em três pontos principais: (i) propriedade das terras e comercialização de carbono; (ii) os conceitos de espaço e tempo no processo de mapeamento, monitoramento e benefícios do programa; e (iii) o papel do dinheiro na monetarização das terras, árvores e carbono. O artigo também explora as fricções entre a percepção do ‘homem branco’ quanto a ‘indigenidade’ dos povos da floresta e as ‘potencialidades humanas’ que os índios Trios estão se apropriando em função do REDD+.

Assim, trazer para a RURIS um dossiê sobre a Amazônia foi também uma forma de fazer esses estudos dialogarem com as temáticas do mundo rural aos quais se dedica a revista. Não apenas de uma forma direta, dada pelos lugares de pesquisa, mas igualmente pelas temáticas que dialogam com questões importantes para além da Amazônia, como as discussões sobre os grandes projetos e seus impactos, a migração, e a pobreza.

Essas temáticas são ao mesmo tempo locais e globais, conectando fenômenos comuns ao universo rural, mas que assumem particularidades locais. Essas pontes de diálogos ficam evidentes com os artigos avulsos que compõem o atual volume, de autoria de Josiane Wedig, Marta Moreno e Agustina Desalvo, que tratam de temas também explorados pelos artigos do dossiê.

O artigo de Josiane Wedig dialoga com os demais artigos a partir da temática da organização de povos e comunidades tradicionais para a defesa e gestão de seus territórios. Ela analisa, em seu artigo o funcionamento da Rede Puxirão dos Povos e Comunidades Tradicionais do Paraná, da qual participam indígenas, faxinalenses, quilombolas, cipozeiros, pescadores artesanais, ilhéus, detentores de ofícios tradicionais e comunidades de terreiro. No início do artigo, a autora apresenta os diferentes segmentos da rede e suas pautas específicas de luta. Embora haja diferenças de lutas entre os povos e comunidades da Rede, há em comum entre eles o fato de que todos os conflitos territoriais que os atingem são resultantes de processos mais abrangentes de avanço de monoculturas, grilagem, obras de infraestrutura, e criação de unidades de conservação, que operam, segundo a autora, processos de “sobrecodificação” dos territórios tradicionais. Wedig correlaciona essa violência contra os territórios com a falta de reconhecimento das especificidades culturais de cada um desses segmentos. A autora também não perde de vista o papel transformativo que a participação na Rede tem para cada um dos povos e comunidades, já que os coloca para exercitar a alteridade, refletindo e transformando suas próprias práticas. Wedig mostra que não se trata de uma rede política para a busca de unificação de povos e comunidades tradicionais, mas de multiplicação fundamentada em uma prática política de aliança inspirada em práticas tradicionais de auxílio mútuo, chamadas em cada um dos segmentos de maneira diferente (puxirão, puxirum, mutirão) e que dão nome à própria Rede Puxirão. Nesse tipo de prática política, segundo a autora, o



“todo” não é uma unificação dos diversos segmentos, mas apenas uma “parte” da Rede, trazendo à política a questão da alteridade a todo instante.

A partir da temática da migração e a produção de territorialidades, o artigo de Marta Moreno analisa o processo de territorialização de trabalhadores bolivianos que migram para participar de colheitas agrícolas na província de Mendoza, na Argentina. A abordagem de Moreno busca superar o “nacionalismo metodológico”, focando a análise em articulações regionais de migração que funcionam a partir de grupos de migrantes em rede. O artigo mostra a complexidade e variedade das formas de migração de bolivianos para Mendoza, que podem ocorrer a partir de relações que a autora classifica como verticais (que envolvem algum tipo de hierarquia, como a regulação de acesso a determinados recursos) ou horizontais (baseadas em amizade e parentesco) e que podem se iniciar a partir de redes de parentesco, do “boca a boca” (ainda que as informações que circulam sejam apenas as positivas das vivências pós-migração), ou através de migrantes mais antigos que voltam a seus locais de origem para recrutar novos migrantes. Além disso, a autora aponta que a migração pode ser prolongada, pendular ou circular, mas que o local de origem sempre permanece como um ponto de referência simbólico. Uma das conclusões do estudo é que há uma proliferação de contatos e intercâmbios entre trabalhadores bolivianos e a região de Mendoza, e que, nesse contexto, a migração deixa de ser apenas uma questão de sobrevivência, mas passa a ser também um tipo de socialização, um habitus, construído historicamente.

Fechando o número, o artigo de Agustina Desalvo conecta-se aos demais ao tratar da questão da renda e da participação de famílias rurais em contextos políticos e econômicos mais amplos. Nele, a autora analisa a aplicação de conceitos de classe a populações rurais do departamento de Figueroa, na província argentina de Santiago del Estero. Indo contra a aplicação do

conceito de campesinato a essas populações, a autora defende que outras categorias analíticas se aplicam melhor a esse contexto rural. Um dos fatores que a levam a tais conclusões é a baixa utilização da terra para plantio por parte de um grande grupo de famílias que, apesar de terem acesso a terras, não conseguem mobilizar recursos para a produção agrícola e acabam vendendo sua força de trabalho. Outro é que, para um grande número de famílias, a renda agrícola é menos de um terço da renda total, apenas complementando outros tipos de renda principais, sendo que mais de 70% das famílias do departamento de Figueroa têm na venda de força de trabalho a principal fonte de renda. A autora conclui que a aplicação do conceito de camponês, nesse caso, seria equivocada pois, apesar de a agricultura ser fonte de alimentos para subsistência, ela não é a base da vida econômica das famílias. Em alguns casos, seria possível falar em “trabalhadores com terras”, cuja renda provém majoritariamente da venda de força de trabalho. Em outros, seria melhor falar em “semi-proletários”, cuja renda provém em proporções similares da produção agrícola e da venda de força de trabalho. Por fim, a autora nos lembra que, a despeito de sua interpretação contrária ao conceito de camponês, este se tornou uma ferramenta importante para a luta política da população da região de Figueroa.

Dessa forma, esperamos que esse número, com seu leque de abordagens e temáticas, possibilite uma reflexão sobre as múltiplas formas pelas quais a Amazônia é ao mesmo tempo singular e conectada. Particularmente, buscou-se apresentar facetas de uma Amazônia contemporânea que, embora há muito tempo estejam presentes na região, têm ganhando cada vez mais atenção e importância, como a questão da pobreza e os conflitos entre práticas e territorialidades tradicionais e o avanço capitalista. Em outros casos, como na discussão sobre a mineradora Alcoa, vemos ecoar cenários e questões comuns com outras regiões, como o rompimento da barragem em Mariana/MG e as responsabilidades da empresa e do poder

público no desastre. Finalmente, esse volume representa também a consolidação simbólica de diálogos e encontros proporcionados pela internacionalização de pesquisadores brasileiros através de incentivos para estudos no exterior proporcionados por agências de fomento à pesquisa como a CAPES e a FAPESP. Desejamos a todos uma boa leitura.

*Grace Iara Souza*

*Roberto Sanches Rezende*

*Thais Tartalha do Nascimento Lombardi*

